



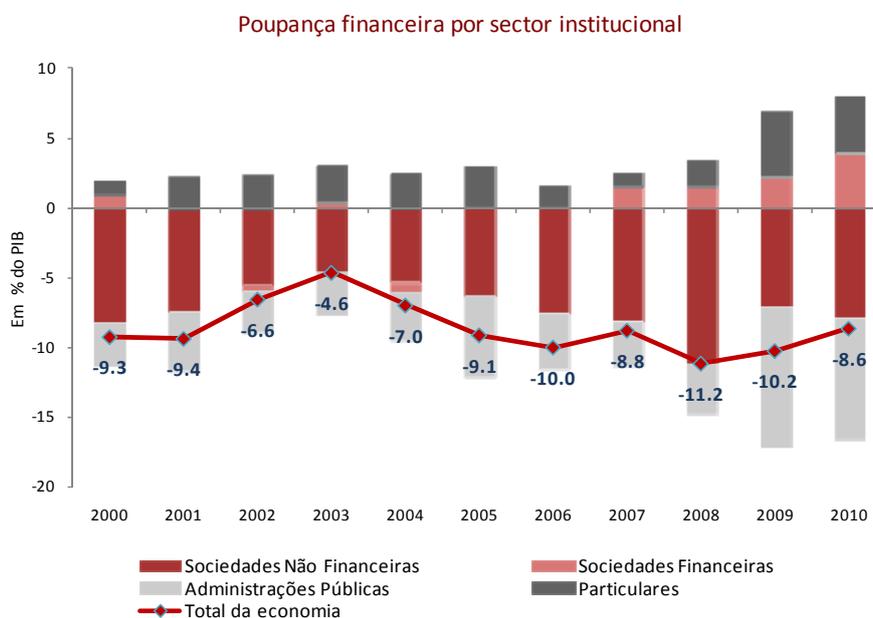
Banco de Portugal divulga Contas Nacionais Financeiras para 2010

O Banco de Portugal divulga hoje no Boletim Estatístico e no BPstat | Estatísticas online as estatísticas de Contas Nacionais Financeiras referentes a 2010¹.

Evolução da poupança financeira por sector institucional

A necessidade de financiamento da economia portuguesa, ou seja o afluxo de poupança financeira externa, situou-se, em 2010, em 8.6 por cento do produto interno bruto (PIB), o que compara com 10.2 por cento no ano anterior (Cfr. Gráfico 1). Aquela necessidade de financiamento externo resultou do facto da poupança financeira positiva dos sectores dos Particulares e das Sociedades Financeiras (respectivamente 4.1 e 4.0 por cento do PIB) não ter sido suficiente para satisfazer as necessidades de financiamento dos sectores das Administrações Públicas e das Sociedades Não Financeiras, que voltaram a apresentar poupanças financeiras fortemente negativas (respectivamente -8.7 e -8.0 por cento do PIB).

Gráfico 1



¹ São disponibilizados dados consolidados e dados não consolidados. A consolidação consiste na eliminação das operações entre entidades do mesmo sector ou subsector institucional, tanto ao nível dos fluxos, como dos stocks. O valor da poupança financeira do sector, obtido através da utilização de informação não consolidada, não se altera quando se apresenta a informação em base consolidada. As contas consolidadas apresentam o financiamento da economia entre os sectores credores e devedores líquidos. Esta Nota de Informação Estatística respeita a dados consolidados. Para definições e esclarecimentos metodológicos adicionais, ver Nota técnica e Referências no final deste documento.

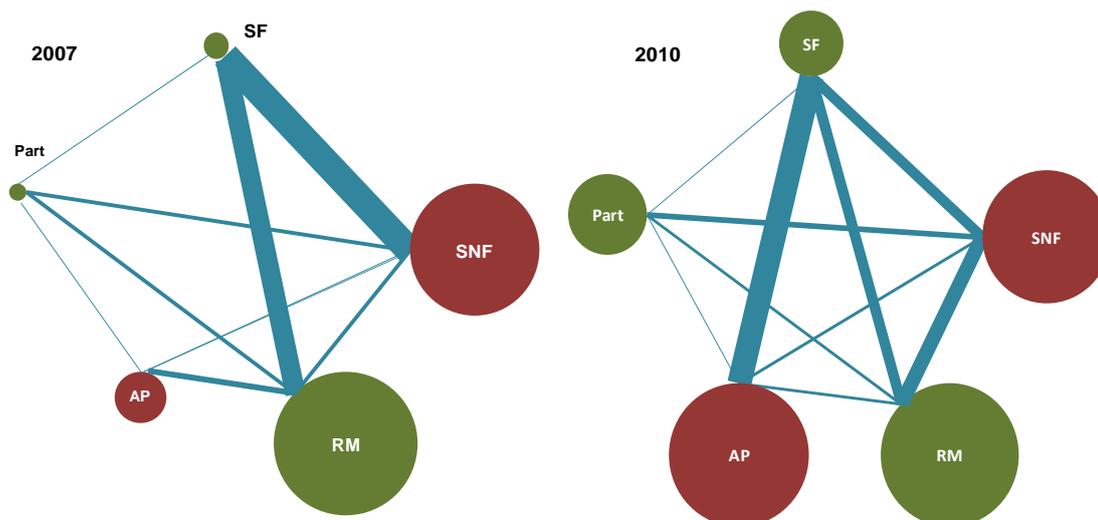
Fluxos de fundos: 2007 e 2010

A representação gráfica que a seguir se apresenta procura ilustrar os fluxos de fundos (líquidos) observados entre os vários sectores institucionais, comparando o ano de 2010 com o ano de 2007. O diâmetro dos círculos é proporcional à poupança financeira do sector (com preenchimento a verde nos casos em que é positiva e a vermelho quando é negativa). Os traços ilustram os fluxos intersectoriais, sendo a sua largura proporcional à dimensão dessas relações.

Em 2007, os grandes fluxos intersectoriais registaram-se no financiamento proveniente do Resto do Mundo² e dirigido às Sociedades Financeiras, as quais canalizaram esses fundos para as Sociedades Não Financeiras. Em 2010, contrariamente ao que sucedeu em 2007, os fluxos intersectoriais revelam um forte envolvimento das Sociedades Financeiras, em particular do sistema bancário, no financiamento das Administrações Públicas. Neste período, o financiamento do Resto do Mundo dirigiu-se predominantemente para as Sociedades Não Financeiras e para as Sociedades Financeiras.

Gráfico 2

Fluxo de Fundos: 2007 e 2010



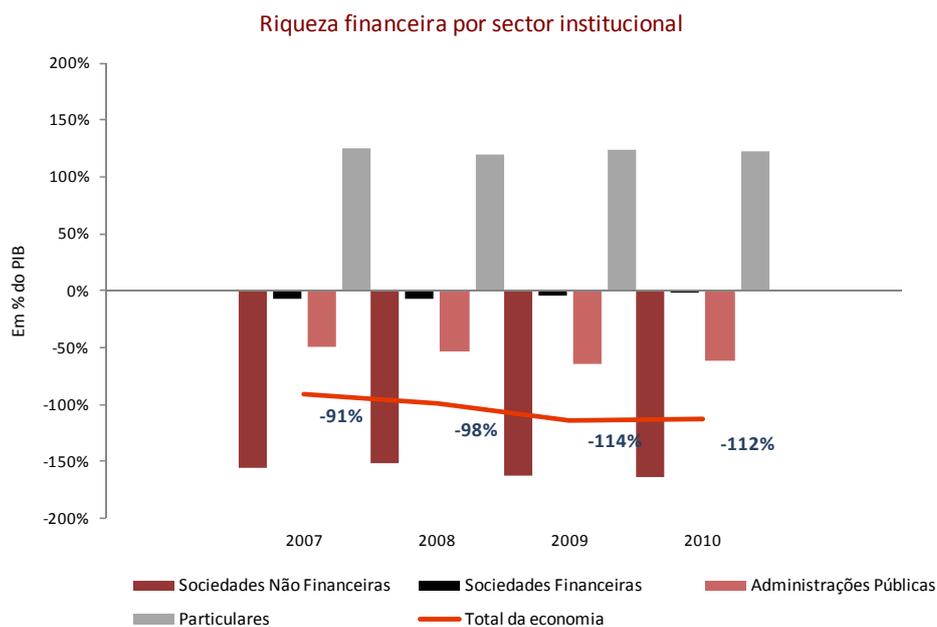
Legenda: SNF - Sociedades Não Financeiras; SF - Sociedades Financeiras; AP - Administrações Públicas; Part - Particulares; RM - Resto do Mundo

Evolução da riqueza financeira por sector institucional e respectivos contributos

A riqueza financeira da generalidade dos sectores permaneceu praticamente inalterada (Cfr. Gráfico 3), reflectindo a evolução da poupança financeira de cada sector combinada com efeitos de valorização. Estes resultados confirmam os Particulares e o Resto do Mundo como os sectores com activos financeiros líquidos positivos (em resultado de serem também os principais financiadores da economia), sendo as Sociedades Não Financeiras e, em menor grau, as Administrações Públicas os sectores que apresentam activos financeiros líquidos negativos. As Sociedades Financeiras, intermediários, por natureza, dos fluxos financeiros da economia, apresentam uma reduzida posição financeira líquida.

² O sector do Resto do Mundo representa o simétrico do total da economia, i.e. do conjunto dos sectores residentes face ao exterior.

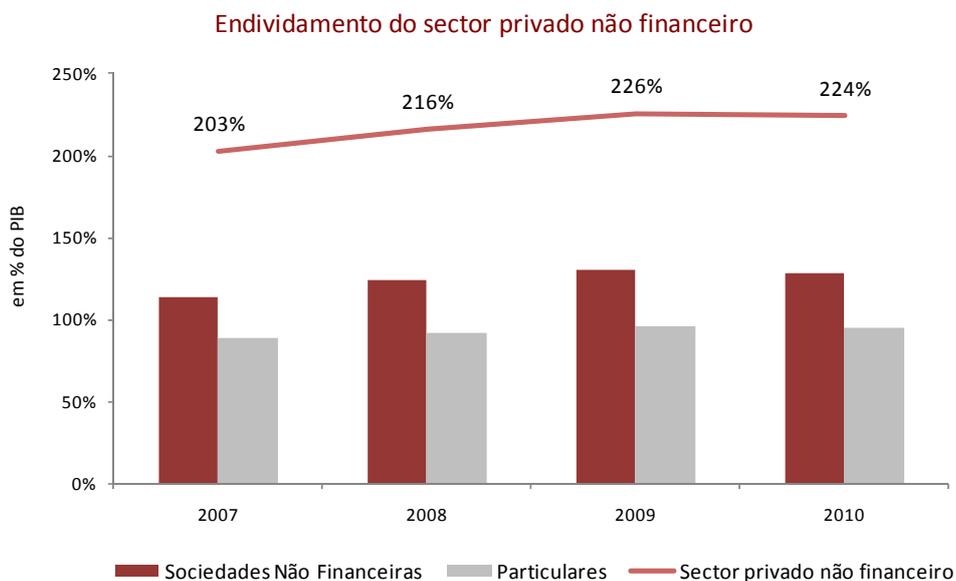
Gráfico 3



Endividamento do sector privado não financeiro

O endividamento do sector privado não financeiro cifrou-se em 224 por cento do PIB em 2010, tendo-se reduzido ligeiramente face ao ano anterior (Cfr.Gráfico 4). As Sociedades Não Financeiras apresentavam um valor de 129 por cento do PIB e os Particulares por cento do PIB.

Gráfico 4

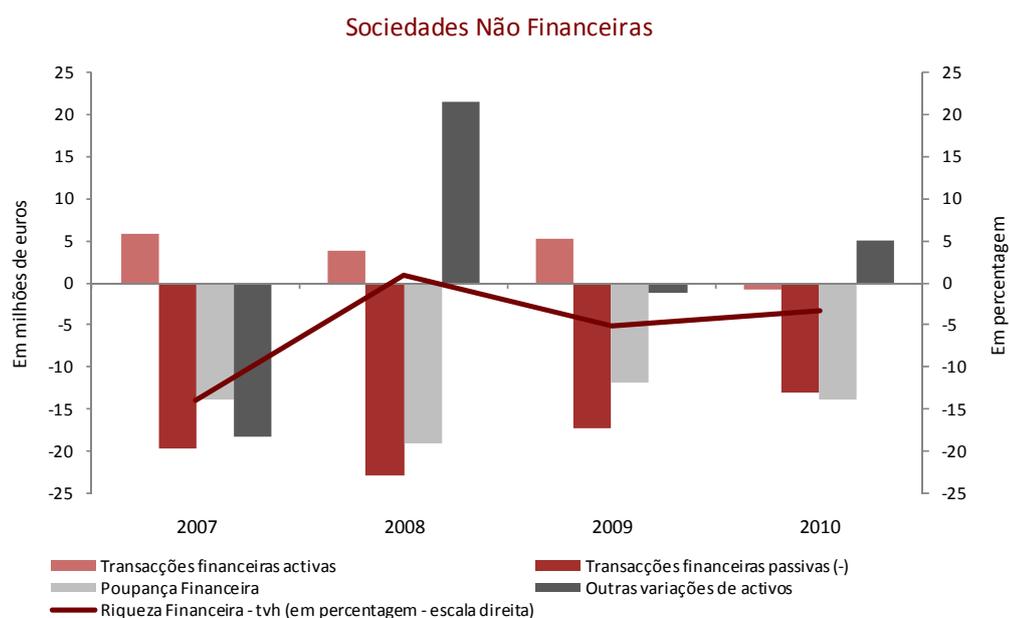


Sociedades Não Financeiras

As necessidades de financiamento das Sociedades Não Financeiras situaram-se, em 2010, em 8.0 por cento do PIB (7.1 por cento no ano anterior). Do lado dos activos, verificou-se o desinvestimento em acções com a venda da participação da Portugal Telecom na VIVO, compensado pelo aumento dos depósitos proveniente em grande parte do resultado dessa operação. Do lado dos passivos, a transferência dos fundos de pensões do grupo Portugal Telecom para a Caixa Geral de Aposentações foi precedida da sua incorporação no sector das Sociedades Não Financeiras, penalizando deste modo as necessidades de financiamento deste sector em 2010 (Cfr. Gráfico 6).

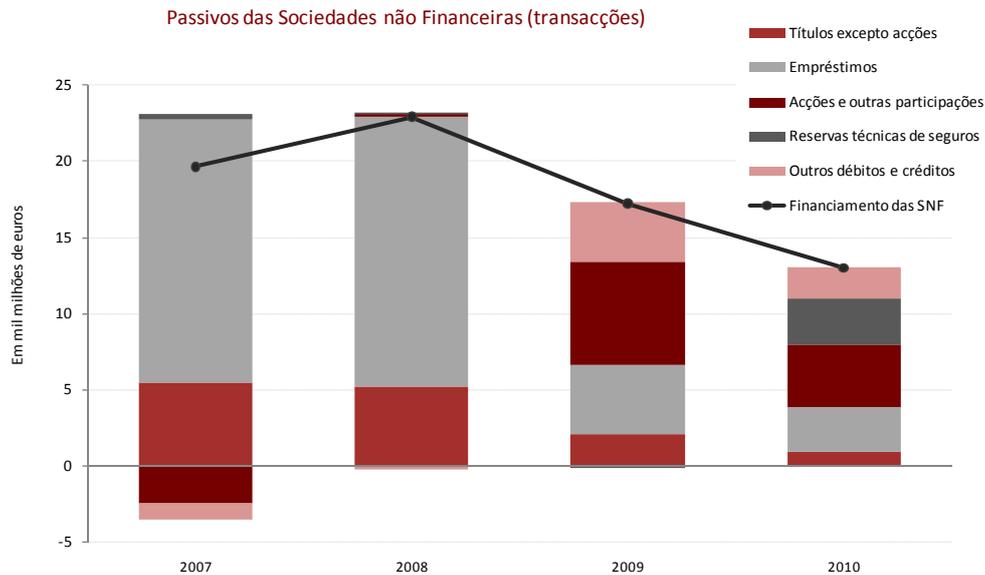
O património financeiro líquido das Sociedades Não Financeiras manteve-se praticamente inalterado entre o final de 2009 e de 2010, -163.0 por cento do PIB e -164.4, respectivamente. A valorização dos activos financeiros superior à dos passivos permitiu contrariar parcialmente o efeito negativo das necessidades de financiamento sobre a riqueza das Sociedades Não Financeiras. (Cfr. Gráfico 5).

Gráfico 5



A estrutura de financiamento das Sociedades não Financeiras em 2009 e 2010 contrasta de forma significativa com a dos dois anos anteriores, destacando-se a descida acentuada do recurso a empréstimos e à emissão de títulos excepto acções (Cfr. Gráfico 6).

Gráfico 6

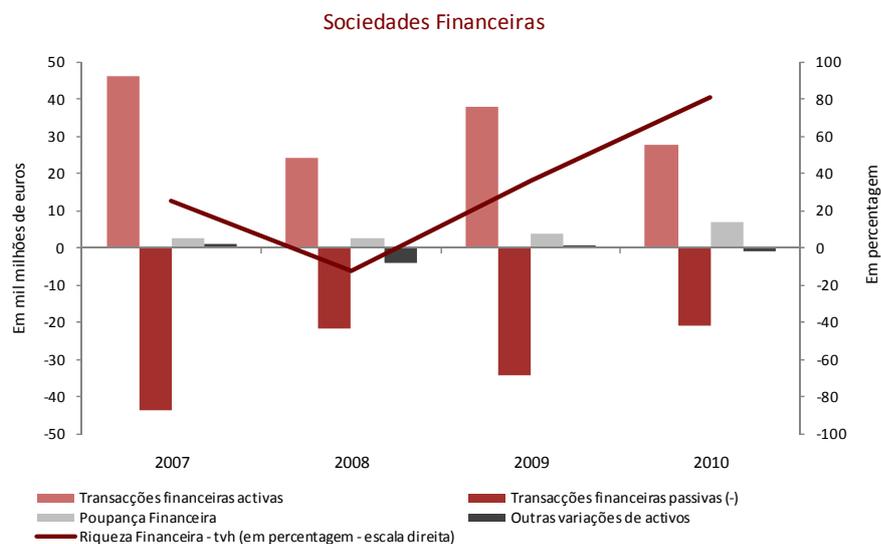


Sociedades Financeiras

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras foi de 4.0 por cento do PIB em 2010, valor significativamente superior ao do ano anterior (2.2 por cento do PIB). A estrutura de financiamento deste sector alterou-se substancialmente em 2010, com maior recurso a operações de cedência de liquidez do Eurosistema, que compensou a quebra na emissão de dívida, bem como a amortização de unidades de participação dos fundos de investimento. Do lado dos activos, destaca-se essencialmente a aquisição de títulos de dívida pública e a menor concessão de empréstimos, designadamente a Sociedades Não Financeiras.

O património financeiro líquido no final de 2010 (-0.8 por cento do PIB) melhorou significativamente face a igual período do ano passado (-4.5 por cento do PIB). Essa evolução resulta da capacidade de financiamento do sector. (Cfr. Gráfico 7).

Gráfico 7

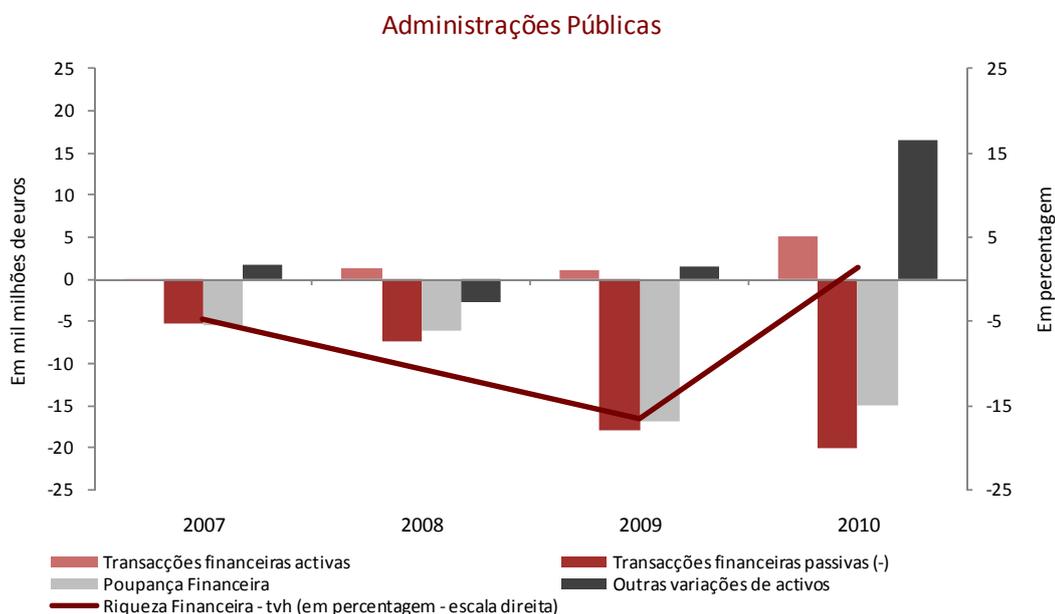


Administrações Públicas

As necessidades de financiamento das Administrações Públicas foram de 8.7 por cento do PIB em 2010 (10.1 por cento no ano anterior). Este valor encontra-se influenciado por vários efeitos pontuais de impacto significativo, como a transferência do património dos fundos de pensões da Portugal Telecom para a Caixa Geral de Aposentações e, com sinal contrário, operações relativas ao sector financeiro, a concessão de empréstimos à Grécia, no contexto do programa de auxílio financeiro a este país, e a aquisição de material militar. O aumento dos recursos financeiros foi determinado pelo aumento da emissão de títulos de dívida pública e de empréstimos. Este aumento foi, no entanto, parcialmente compensado por um crescimento das aplicações em activos financeiros, em particular em empréstimos e em ações e outras participações, resultantes da transferência de activos de instituições financeiras para o sector das Administrações Públicas.

O património financeiro líquido do sector situou-se em -61.9 por cento do PIB no fim de 2010, o que compara com -64.2 em igual período do ano anterior. Esta melhoria evidencia a compensação das necessidades de financiamento do sector pelo efeito positivo da valorização do património financeiro em termos líquidos, designadamente em resultado da forte desvalorização dos títulos de dívida pública do lado do passivo (Cfr. Gráfico 8). Note-se que esta desvalorização verifica-se em termos da conta financeira das Administrações Públicas, avaliada ao valor de mercado, mas não em termos da designada dívida pública de Maastricht avaliada ao valor nominal, que aumentou de 82.9 por cento do PIB em 2009 para 92.4 por cento do PIB em 2010.

Gráfico 8

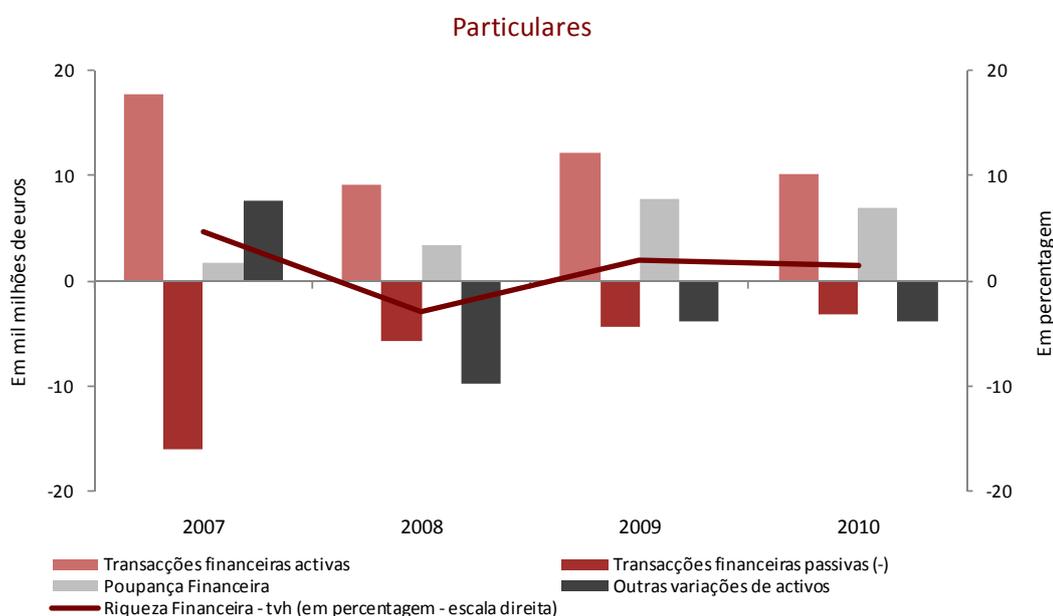


Particulares

O sector dos Particulares apresentou, em 2010, uma capacidade de financiamento de 4.1 por cento do PIB, que compara com 4.6 por cento em 2009 e que resulta também da redução da taxa de poupança (de 10.9% para 9.8%³). Esta variação consubstanciou-se, essencialmente, num abrandamento das aplicações financeiras. Na carteira de activos verifica-se uma substituição de investimentos em acções e outras participações, em especial unidades de participação, por obrigações e depósitos. Do lado do endividamento, o recurso a empréstimos manteve-se num nível próximo do ano anterior.

No final de 2010 o património financeiro líquido dos Particulares situou-se em 122.9 por cento do PIB (123.9 por cento no final de 2009). No entanto, em termos nominais, registou-se um aumento de 209.0 para 212.1 mil milhões de euros (Cfr. Gráfico 9).

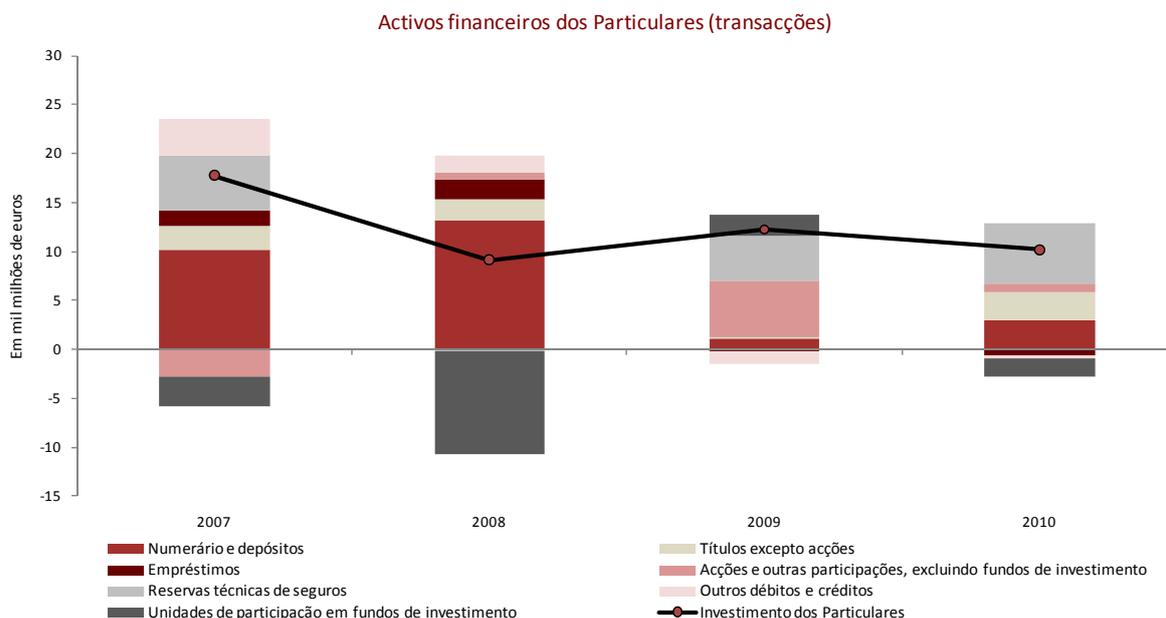
Gráfico 9



Nas aplicações dos Particulares em activos financeiros denota-se, em 2010, uma recuperação das poupanças aplicadas em depósitos (Cfr. Gráfico 10). Adicionalmente, destaca-se o desinvestimento em unidades de participação em fundos de investimento, contrariando assim o aumento verificado em 2009. À semelhança do que se tem vindo a verificar desde o terceiro trimestre de 2009, os activos associados a seguros constituem uma parcela significativa do investimento destes agentes económicos.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Gráfico 10



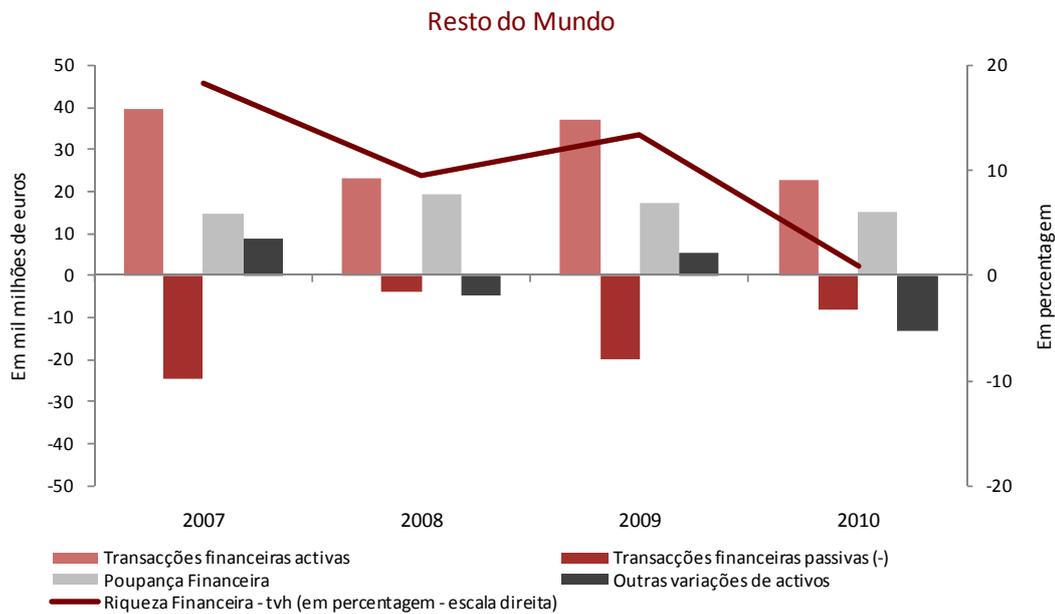
Resto do Mundo

O financiamento externo à economia portuguesa situou-se em 8.6 por cento do PIB em 2010 (10.2 no ano anterior). Esta diminuição das necessidades de financiamento consubstanciou-se em reduções tanto nas aplicações de não residentes na economia nacional, como dos investimentos nacionais no exterior, embora de forma mais intensa no primeiro caso. Nas aplicações de não residentes na economia nacional destaca-se o forte abrandamento verificado em obrigações do sector financeiro e dívida pública, mais do que compensado por operações de cedência de liquidez do Eurosistema. Nas aplicações de residentes no exterior a redução em títulos de dívida e de capital é contrabalançada pelos empréstimos e depósitos. A redução nas necessidades de financiamento da economia resulta da melhoria do saldo da balança corrente e de capital, principalmente da balança de bens, da balança de serviços e da balança de rendimentos.

O património financeiro líquido do Resto do Mundo⁴ face à economia nacional situou-se, no final de 2010, em 112.2 por cento do PIB (113.9 no ano anterior). Apesar das necessidades de financiamento da economia nacional, o efeito na riqueza financeira é praticamente anulado pelas evoluções de preço, designadamente pela perda de valor dos títulos de dívida pública detidos por não residentes (Cfr. Gráfico 11)

⁴ O património financeiro líquido do Resto do Mundo corresponde ao simétrico da Posição de Investimento Internacional ajustado dos activos da economia em ouro monetário e direitos de saque especiais e outras diferenças metodológicas.

Gráfico 11



Nota técnica

A referência conceptual das Contas Financeiras é o Sistema Europeu de Contas 1995 (SEC95) que estabelece um sistema fechado e integrado de representação estatística da economia desagregada por sectores institucionais e instrumentos financeiros. Os agentes económicos estão desagregados por cinco sectores institucionais (Sociedades Não Financeiras, Sociedades Financeiras, Administrações Públicas, Particulares e Resto do Mundo⁵), e as operações financeiras que ocorrem na economia agrupam-se em sete instrumentos financeiros (Ouro Monetário e Direitos de Saque Especiais, Numerário e Depósitos, Títulos Excepto Acções, Empréstimos, Acções e Outras Participações, Reservas Técnicas de Seguros e Outros Débitos e Créditos).

Um dos principais resultados das Contas Financeiras consiste no apuramento da poupança financeira (“abaixo da linha”) dos diferentes sectores institucionais da economia, ou seja, a diferença entre as aplicações em activos financeiros e os passivos financeiros contraídos num dado período. Por sua vez, nas Contas Não Financeiras é apurada, para cada sector institucional, a capacidade ou necessidade de financiamento (“acima da linha”), através da diferença entre recursos e empregos. As aplicações em activos financeiros e a assunção de passivos financeiros de um dado sector num determinado período constituem a contrapartida da capacidade ou da necessidade de financiamento que resulta da actividade económica do sector nesse período.

De acordo com o SEC95, o sistema de Contas Nacionais integra dois tipos de informação: os fluxos e os stocks. Os fluxos traduzem a criação, transformação, troca, transferência ou extinção de um valor económico, ao longo de um determinado período de tempo. Os fluxos podem ser de transacções ou de outras variações de activos e são registados, respectivamente, nas contas de transacções e nas contas de outras variações de volume e de reavaliação. As transacções financeiras referem-se às aquisições líquidas de activos financeiros ou ao aumento líquido de passivos ao nível dos diversos tipos de instrumentos financeiros. As transacções financeiras definem-se, assim, como relações entre unidades institucionais residentes ou entre elas e o Resto do Mundo, por acordo mútuo, que envolvem a criação, liquidação ou mudança de propriedade de activos financeiros / passivos.

As “outras variações de activos” registam as alterações nos stocks que não são justificadas por transacções e englobam, nomeadamente, as “outras variações em volume” e os “ganhos e perdas de detenção”. As “outras variações em volume” incluem o aparecimento ou desaparecimento de activos, as variações de activos e de passivos devido a acontecimentos extraordinários (por exemplo, catástrofes naturais, guerras e a anulação unilateral de dívidas) e as alterações de classificação ou de estrutura das unidades institucionais ou dos instrumentos (por exemplo, a reclassificação de sociedades gestoras de participações sociais do sector das Sociedades Financeiras para o sector não financeiro, ou a fusão entre instituições originalmente classificadas em diferentes subsectores das Sociedades Financeiras). Os “ganhos e perdas de detenção” resultam da simples posse dos activos e passivos e decorrem das flutuações nos preços dos mesmos, de que constituem exemplos as alterações de cotação das acções ou as variações nas taxas de câmbio no caso dos instrumentos denominados em moeda estrangeira.

Os stocks, por sua vez, correspondem ao montante de activos e/ou passivos detidos num determinado momento do tempo. São registados no início e no final de cada período contabilístico e englobam todos os tipos de activos e/ou passivos, desde que sejam utilizados na actividade económica e possam originar direitos de propriedade. Dado que o sistema de Contas Nacionais é exaustivo, todas as variações de stocks deverão poder ser explicadas pelos fluxos registados no sistema.

⁵ As Sociedades Financeiras repartem-se ainda em Banco de Portugal, Outras Instituições Financeiras Monetárias, Outros Intermediários Financeiros e Auxiliares Financeiros e Sociedades de Seguros e Fundos de Pensões. As Administrações Públicas estão divididas entre Administração Central, Administração Regional e Local e Fundos de Segurança Social. As Sociedades Não Financeiras e os Particulares constituem o sector privado não financeiro.

O SEC95 prevê uma sequência de contas que descreve o ciclo económico da criação, distribuição e redistribuição do rendimento até à sua acumulação em activos não financeiros e financeiros e, deste modo, apresenta a informação mais relevante para efeitos de análise económica nas suas diversas vertentes.

Assim, o SEC95 prevê a existência de uma sequência de Contas Nacionais interligadas, composta por contas correntes, contas de acumulação e contas de património. As contas correntes referem-se à produção, bem como à formação, distribuição e redistribuição do rendimento e à sua utilização em consumo final. O saldo das contas correntes representa o que é gerado como poupança corrente, isto é, aquilo que está disponível para investimento real e financeiro. As contas de acumulação englobam as variações de activos e passivos e as variações de património líquido, justificando as diferenças entre os stocks iniciais e finais (zona sombreada no quadro-síntese a seguir apresentado). As contas de património apresentam os stocks de activos e passivos e, conseqüentemente, o património líquido. Ao nível de cada conta, as operações deverão equilibrar-se em virtude do saldo de cada uma transitar para a conta seguinte. As contas de transacções financeiras descrevem as aplicações financeiras dos vários sectores e as suas formas de endividamento, permitindo apurar como saldo a respectiva poupança financeira. As contas de património de activos e passivos financeiros permitem apurar, como saldo, a respectiva riqueza financeira líquida.

Património inicial	Transacções	Outros fluxos	Património final
	Contas correntes Saldo = Poupança corrente		
Contas de património (inicial)		Contas de outras variações de activos:	Contas de património (final)
Activos não financeiros	Conta de capital Saldo = Capacidade/ Necessidade de financiamento	• Contas de outras variações em volume	Activos não financeiros
Activos e passivos financeiros Saldo = Riqueza financeira líquida	Conta financeira Saldo = Poupança financeira	• Conta de reavaliação	Activos e passivos financeiros Saldo = Riqueza financeira líquida
	Contas de variação em activos e passivos ou Contas de acumulação		

Referências

Documento metodológico: "[Contas Nacionais Financeiras](#)", disponível na secção relativa a Qualidade, metodologias e nomenclaturas estatísticas na página de Estatísticas do sítio do Banco de Portugal na internet.

Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais – SEC95 (Regulamento n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de Junho), com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 1392/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro de 2007.

Suplemento [2/2005](#) ao Boletim Estatístico, "Contas Nacionais Financeiras da Economia Portuguesa. Notas Metodológicas e Apresentação dos Resultados Estatísticos de 2000 a 2004".

Suplemento [3/2005](#) ao Boletim Estatístico, "Contas Nacionais Financeiras da Economia Portuguesa. Estatísticas sobre Patrimónios Financeiros de 1999 a 2004".